



GT 46. Experiências e dinâmicas de participação indígena em processos eleitorais e em cargos nos poderes executivo e legislativo

Coordenador(es):

Ricardo Verdum (Museu Nacional)

Luís Roberto de Paula (UFABC - Fundação Universidade Federal do Abc)

A participação indígena em processos eleitorais possui uma longa trajetória histórica na América Latina. Há vários casos de prefeitos, vice-prefeitos e vereadores indígenas com mandato conquistado e exercido na região. Há também, mesmo em menor quantidade, experiências de participação indígena em esferas mais amplas (no caso brasileiro, deputados estaduais e federais, por exemplo). Este fenômeno, no entanto, tem recebido pouca atenção da etnologia indígena e da antropologia da política no país. O GT quer reunir pesquisadorxs indígenas e não-indígenas com investigações colaborativas ou acadêmicas nessa temática, bem como aqueles que estejam em processo de pesquisa e queiram apresentar seus primeiros resultados. Interessa-nos trabalhos que tenham como objeto privilegiado de análise: a relação entre povos indígenas, modelos eleitorais e processos eleitorais específicos; o papel dos determinantes estruturais e da agência dos atores sociais indígenas na mobilização de recursos e nas decisões de participação em processos eleitorais; a dinâmica da relação entre candidatos, comunidade e movimento indígena; a relação entre lideranças locais e representantes institucionais eleitos; o vínculo de indígenas com partidos políticos; distanciamento entre base eleitoral e candidatos eleitos; a pertinência do sistema de quotas indígenas em processos eleitorais; possibilidades e limites de construção de protagonismo e autodeterminação dos povos indígenas pela via eleitoral.

Disputa municipal em Mangueirinha-Pr: uma "aposta" Kaingang

Autoria: Patrick Leandro Baptista (UFPR - Universidade Federal do Paraná)

A Terra Indígena (T.I.) de Mangueirinha, localizada entre os rios Iguaçu e Lageado Grande, possui uma área aproximada de 17 mil hectares ? dividida em três municípios, Coronel Vivida, Chopinzinho e Mangueirinha. O Kaingang é descrito pela etnologia como um político por excelência. Na T.I. de Mangueirinha, podemos, em certa medida, adensar a política kaingang nos seguintes termos: a aliança com os não-índios e a disputa entre grupos Kaingang que cultivam, principalmente, soja. A aliança com os não-índios, para além dos políticos locais, mobiliza, também, advogados, antropólogos, professores e outros profissionais. Essas alianças funcionam como uma espécie de poder centrípeto, que potencializa a abertura de frestas para o mundo não-índio para aglutinar apoios e parcerias. É uma habilidade valorizada no ethos político Kaingang. Já a disputa entre os Kaingang ocorre na ?política interna? (política Kaingang) e no trânsito com a política local (relação com poder público municipal). O objetivo é de analisar a dinâmica das relações entre a política Kaingang e a política não-indígena da cidade de Mangueirinha, pois é neste município que para além de dar nome a T.I., encontra-se o maior contingente de kaingangs eleitores desta TI., é, também, o município geograficamente mais próximo da sede da T.I. e o mais acionado sobre os problemas vicinais da comunidade. Tradicionalmente, o município de Mangueirinha se divide entre dois grupos políticos que disputam a gestão municipal, e suas forças políticas são muito equilibradas, sendo o fiel da balança, os votos indígenas. Contudo, nem sempre, este poder de decisão é revertido em benfeitorias ou serviços para a comunidade, sendo, também parte deste work, entender como essas relações se imbricam e quais os seus efeitos práticos para as demandas desta comunidade. Ao constituir uma rede de alianças com não-índios, o líder e pretendo



candidato à vereador busca ampliar o seu prestígio e se cacifar no jogo da política interna, pois quando chegar o tempo da política? terá maior poder de barganha em suas negociações com os candidatos majoritários e recursos para uma possível candidatura a legislatura municipal. Essas barganhas dependem de uma aposta política do qual grupo será vencedor para poder estabelecer um canal direto com o prefeito e com a máquina pública. No tempo da política? se formam arranjos intra e extramuros da T.I. que potencializa cisões na política interna, acionando o faccionalismo Kaingang, dificultando uma negociação produtora às demandas indígenas. A não ser que surja uma kretã. Como já houve, e sempre haverá, pois para os Kaingang da T.I. Manguairinha: pode morrer um Kretã, mas mil voltarão?.

[Trabalho completo](#)

Entrando na política indígena no Sul do Amazonas: Trajetórias sociais de lideranças Tupi Kagwahiva em cargos públicos e participação política em eleições municipais em Humaitá e Manicoré em 2016 e 2018

Autoria: Jordeanes do Nascimento Araujo (UFAM - Universidade Federal do Amazonas), Suellen Andrade Barroso

A História dos Povos Tupi Kagwahiva mistura-se aos processos de ocupação da Amazônia, notoriamente àqueles ligados ao sistema de Seringal e à construção da BR-230, nos anos 1970. A Transamazônica como política estatal modificou a organização social, cultural, política, econômica e estrutural das aldeias. De fato, a edificação daquela estrada invadiu abruptamente o território indígena Tenharin e Jiahui, obrigando-os à ocupação da margem da estrada numa tentativa de garantir a defesa territorial e cultural, isto é, um esforço de luta por seus direitos. Este work busca refletir sobre a construção da liderança Tupi Kagwahiva no contexto do sul do Amazonas, evidenciando a trajetória social das lideranças em contextos situacionais políticos e suas relações sociais com as agências estatais, com a política local de Humaitá e Manicoré participando de secretarias indígenas ou concorrendo aos pleitos eleitorais municipais. Busca compreender como as lideranças são formadas dentro e fora do contexto da aldeia e como esta formação coaduna-se na trajetória social de cada liderança política indígena.

?Democracia? e ?representação? entre os Ingarikó: outras formas de se ?fazer política? e de ?ser político?

Autoria: Gabriel Calil Maia Tardelli (UNB - Universidade de Brasília)

Nascido na Comunidade Manalai, na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, no nordeste do estado de Roraima, Dilson Ingarikó teve o seu primeiro contato com os karaiwa (não-indígenas) aos nove anos de idade, por intermédio de agentes da Fundação Nacional do Índio (Funai) e de missões religiosas que chegaram àquela região. Ainda na tenra idade, percorreu pela primeira vez a cidade de Boa Vista à procura de sua avó. Esta havia sido transferida para lá a fim de receber um tratamento para malária. Todavia, veio a falecer dias depois. Seu corpo foi enterrado sem que a família fosse informada. Esse evento crítico motivou Dilson a permanecer na cidade para estudar. A partir daí, ele aprendeu a língua portuguesa, ingressou no magistério, lecionou em sua comunidade, dirigiu uma escola, viajou para a Holanda para contribuir na elaboração de uma gramática Ingarikó e passou a cursar Direito e um mestrado em Ciências Sociais e Jurídicas. Politicamente, Dilson assumiu a Secretaria do Índio do governo estadual, foi vereador e secretário de Turismo e Meio Ambiente de Uiramutã e, atualmente, é candidato à prefeitura do mesmo município. Através de relatos pessoais do próprio Dilson e das narrativas de outros atores indígenas e não-indígenas, o presente work pretende reconstituir e analisar a trajetória política de Dilson Ingarikó. Por se tratar de uma trajetória emblemática, penso que, ao percorrê-la, podemos compreender os sentidos atribuídos pelo povo Ingarikó a



ideias-valores como ?democracia? e ?representação?. Quando contrastada com as biografias políticas de não-indígenas que assumiram cargos nos poderes executivo e legislativo no município de Uiramutã, constatamos um modus operandi diferente de se ?fazer política? e de ?ser político?, o que inclui o lançamento de candidaturas, a compreensão do ato de votar, a relação entre eleitor e eleito e as noções de representatividade e participação. Sob essa perspectiva, o ingresso dos indígenas daquela região na vida política parece confrontar a ideia segundo a qual haveria um modelo único e hegemônico de atuação política.

Nota da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia da ABA sobre os sucessivos bloqueios orçamentários nas Instituições Federais de Ensino Superior

Autoria: Roberto Pinheiro (ABA)

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) vem somar-se às manifestações que condenam os sucessivos ataques do Governo Federal aos orçamentos das Instituições públicas de Ensino Superior. Em 27 de maio, o governo federal anunciou o congelamento de 14,7% dos recursos dos ministérios da Educação e Ciência e Tecnologia. Dias depois recuou, anunciando um boqueio de 7,19%, que posteriormente foi de novo elevado aos números iniciais. Os bloqueios orçamentários estendem-se desde então, adquirindo contornos distintos. A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) vem somar-se às manifestações que condenam os sucessivos ataques do Governo Federal aos orçamentos das Instituições públicas de Ensino Superior. Em 27 de maio, o governo federal anunciou o congelamento de 14,7% dos recursos dos ministérios da Educação e Ciência e Tecnologia. Dias depois recuou, anunciando um boqueio de 7,19%, que posteriormente foi de novo elevado aos números iniciais. Os bloqueios orçamentários estendem-se desde então, adquirindo contornos distintos. A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) vem somar-se às manifestações que condenam os sucessivos ataques do Governo Federal aos orçamentos das Instituições públicas de Ensino Superior. Em 27 de maio, o governo federal anunciou o congelamento de 14,7% dos recursos dos ministérios da Educação e Ciência e Tecnologia. Dias depois recuou, anunciando um boqueio de 7,19%, que posteriormente foi de novo elevado aos números iniciais. Os bloqueios orçamentários estendem-se desde então, adquirindo contornos distintos.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: